

## ATA DA 7ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E CONSTRUÇÃO NAVAL CT-AQUAVIÁRIO

**Data:** 8 de novembro de 2006

**Horário:** 10:00 às 17:00

**Local:** Ministério da Ciência e Tecnologia, Sala dos Conselhos, Brasília/DF

### 1 – PRESENTES

#### 1.1– Membros do Comitê Gestor

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho - FINEP  
Carlos Alberto Pittaluga Niederauer – CNPq  
Cláudio Fernandes Décourt – Setor Produtivo  
Edson Martins Areias – Setor Produtivo  
Eugenius Kaszkurewicz – MCT/Presidente do Comitê  
Herbert Kohene de Castro– ANTAQ  
José Aloysio de Melo Pinto – Comando da Marinha

#### 1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Aldo Pinheiro da Fonseca – MCT/ASCOF  
Celso Trindade – FINEP  
Davi Santiago de Macedo – MD  
Eduardo Zapico Mouro – MD  
Flávio Soares Ferreira – Comando da Marinha  
Pedro Gregório de Miranda Alves – MCT/ASCOF

### 2– PAUTA DA REUNIÃO

1. Balanço das ações e recursos do CT-AQUAVIÁRIO – visão geral
2. Situação da execução das ações em 2006 – apresentações FINEP e CNPq
3. Relatórios 2005 – apresentações FINEP e ASCOF
4. Discussão e planejamento das ações para 2007
5. Outros assuntos

### 3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO

#### 3.1 – Abertura

O presidente, Eugenius Kaszkurewicz, deu início aos trabalhos apresentando e dando as boas-vindas aos novos membros representantes da ANTAQ e do Comando da Marinha, respectivamente, Herbert Kohene, em substituição a Alberto Ferreira, e Almirante Aloysio, em substituição ao Almirante Gusmão. Em seguida, foi apreciada a pauta.

#### 3.2 – Andamento

## **Balanco das ações e recursos do CT-AQUAVIÁRIO – visão geral**

O presidente rememorou as últimas decisões do Comitê Gestor em dezembro de 2005, quando o Orçamento 2006 ainda não havia sido aprovado. Ressaltou que, após a aprovação do Orçamento, o CT-AQUAVIÁRIO seguiu com um “overbooking” da ordem de R\$ 4,8 milhões. Entretanto, após a frustração de algumas ações de 2006, o Fundo passou a contar com um saldo da ordem de R\$ 5,8 milhões para deliberação de alocação pelo Comitê Gestor. Apresentou, então, quadro com a previsão do Orçamento 2007, os comprometimentos anteriores e o saldo para novas ações, da ordem de R\$ 8 milhões, ressaltando que este valor poderia sofrer variações quando da aprovação do Orçamento 2007 pelo Congresso Nacional. (vide anexo I)

## **Situação da execução das ações em 2006 – apresentações FINEP e CNPq**

Celso Trindade apresentou a execução das ações do CT-AQUAVIÁRIO pela FINEP em 2006 e chamou a atenção para a frustração das ações transversais “Cooperação ICT’s/Empresas”, para as quais não houve projetos aprovados no âmbito do CT-AQUAVIÁRIO. Sugeriu que o saldo dessas ações fosse revertido para a chamada vertical FINEP “Seleção de propostas para apoio de projetos de C,T&I na área de Transporte Aquaviário e Construção Naval”, que teve alguns projetos aprovados no mérito mas não recomendados por falta de recursos. Sobre o perfil da demanda à chamada, apresentou classificação dos projetos por área e temas de interesse.

Carlos Aragão esclareceu os procedimentos para a contratação dos projetos com os recursos realocados do Edital “Cooperação ICT’s/Empresas” pela FINEP, que seriam contratados por encomenda. Ressaltou a importância dessa decisão do Comitê Gestor diante do fato de haver projetos já julgados e prontos para ser contratados, não demandando mais esforços por parte da própria FINEP nem do Comitê Gestor.

Carlos Pittaluga apresentou, em seguida, a execução das ações pelo CNPq em 2006. Sobre o edital vertical “Recursos Humanos para a Construção Naval”, informou que houve cinco projetos aprovados e relatou alguns dos problemas nas contratações devido a exigências do edital. Em relação às ações transversais, chamou a atenção para o “Edital Universal” que, dos R\$ 4 milhões aprovados pelo Comitê Gestor, só teve projetos aprovados com aderência ao CT-AQUAVIÁRIO da ordem de R\$ 200 mil.

O presidente questionou se a ausência de demanda para o Edital Universal no escopo do CT-AQUAVIÁRIO não se deveu ao edital vertical de “Recursos Humanos em Construção Naval”. Carlos Pittaluga afirmou acreditar que não, pois a demanda deste último seria muito específica, focada em cursos e infra-estrutura, enquanto o Edital Universal tem como foco projetos de pesquisa.

Por fim, Carlos Pittaluga informou sobre o pagamento de bolsas, pelo CNPq, de projetos contratados pela FINEP.

Uma vez apresentadas as ações de 2006 que tiveram frustração no aporte de recursos do CT-AQUAVIÁRIO, o presidente encaminhou a discussão afirmando que, a princípio, o Comitê Gestor deveria decidir se permaneceria com o “overbooking” aprovado na última reunião, de dezembro de 2005, da ordem de R\$ 3 milhões, ou se trabalharia com o limite do orçamento aprovado. Levantou, também, a sugestão trazida pelos representantes da FINEP de que os recursos do Fundo aportados para ações frustradas fossem realocados para chamada vertical FINEP “Seleção de propostas para apoio de projetos de C,T&I na área de Transporte Aquaviário e Construção Naval”.

Cláudio Décourt questionou sobre a possibilidade de o Comitê Gestor, em se aprovando a contratação dos projetos com os recursos das frustrações, dar uma orientação diferenciada, indicando setores e áreas prioritárias, de modo a se ter uma distribuição mais homogênea,

contemplando setores menos favorecidos no resultado final da chamada.

Carlos Aragão esclareceu que todos os projetos que concorreram na chamada receberam notas segundo os critérios estipulados e publicados; passaram por uma pré-qualificação, por uma avaliação de mérito. Não poderia o Comitê Gestor alterar critérios depois da chamada lançada e com projetos já contratados. A contemplação de mais projetos por aporte de mais recursos, enfatizou, deveria seguir, assim, a ordem de classificação da avaliação de mérito. Celso Trindade acrescentou que, se o Comitê Gestor tivesse indicado essa orientação para constar do edital, não haveria problema. Entretanto, como não houve esta previsão, qualquer modificação posterior implicaria questionamentos legais.

O presidente colocou então em votação a permanência do “overbooking” na casa dos R\$ 3 milhões e o apoio aos projetos qualificados da demanda com os recursos das ações frustradas. A proposta foi aprovada.

### **Relatórios 2005 – apresentações FINEP e ASCOF**

Celso Trindade apresentou o relatório FINEP de 2005, sobre as atividades do Fundo, os projetos contratados, a execução orçamentária. (Vide **ANEXOXXXX**) Explicou também o mecanismo de “internalização” de recursos pela FINEP. Por fim, expôs os problemas do projeto da UFAM, “Transporte hidroviário e construção naval na Região Amazônica”, que recebeu expressivo corte por parte da área técnica da FINEP, da ordem de R\$ 1 milhão, sobre o total de R\$ 2,4 milhões aprovados pelo Comitê Gestor.

Herbert Kohene afirmou que, pelo que tinha acompanhado do projeto, ele estaria atrasado e que a UFAM teria dado como justificativa os cortes, principalmente de bolsas, que teriam impossibilitado o início da sua execução.

Questionado pelo presidente sobre o procedimento de complementação de recursos para um projeto, como seria tomada esta decisão, Celso Trindade explicou que, quando a instituição executora do projeto comprova que gastou bem os recursos e que, entretanto, estes foram insuficientes, ela solicita recursos adicionais. A FINEP então analisa esta solicitação e complementa ou não, dependendo das circunstâncias. Deixou claro que este processo, de complementação de recursos, é normal na execução dos projetos.

Cláudio Décourt perguntou se seria o Comitê Gestor que daria a autorização de se complementar recursos a determinado projeto. Externou sua preocupação acerca da responsabilidade sobre esta decisão, por se tratar de um projeto que apresentava problemas e que estava atrasado. Solicitou mais informações sobre o andamento do projeto para poder apoiar esta complementação, caso o assunto retornasse ao Comitê Gestor. Contudo, se fosse uma decisão de responsabilidade da FINEP, disse não ver porque nova submissão ao Comitê Gestor.

O presidente sugeriu que, no caso específico do projeto da UFAM e diante do fato de que, em um determinado momento, haveria de se decidir pela complementação ou não de recursos, a decisão voltasse para o Comitê Gestor.

Celso Trindade explicou que, no entendimento da FINEP, a agência foi autorizada a contratar R\$ 2,4 milhões e de que não precisa pedir autorização ao Comitê Gestor para complementar recursos dentro deste limite. A FINEP apenas comunicaria ao Comitê Gestor a complementação. Enfatizou, ainda, que o projeto só receberia recurso adicional se estivesse andando bem e que o Comitê Gestor sempre seria informado sobre esse acompanhamento. Por fim, externou sua preocupação com a decisão de retornar a questão ao Comitê Gestor para decisão devido ao interregno longo entre as reuniões e a provável urgência em se complementar recursos ao projeto.

Após as discussões, deliberou-se que a decisão sobre a alocação de recursos

complementares ao projeto da UFAM, de 2005, "Transporte hidroviário e construção naval na Região Amazônica", pela FINEP, seria previamente submetida ao Comitê Gestor.

Pedro Gregório apresentou, em seguida, o relatório 2005 da ASCOF, que abordou breve histórico da criação do Fundo, sua legislação, seu orçamento e execução, as reuniões de seu Comitê Gestor e suas deliberações. Também foi apresentada a carteira de projetos e sua distribuição por regiões.

O presidente sugeriu que fosse incluído o orçamento de 2006 no relatório, uma vez que as decisões das duas últimas reuniões do Comitê Gestor, em 2005, foram sobre o planejamento das ações para 2006. Ficou acertado, então, que o relatório seria refeito, para trazer as informações do Fundo referentes aos anos 2005 e 2006, devendo ser enviado aos membros.

Celso Trindade pediu a palavra para informar o Comitê Gestor que houve um problema no pagamento da ação transversal de 2005, "Projeto de Navio Ocenográfico". Esclareceu que, quando o projeto passou para a execução do CGEE, o CT-INFRA ficou legalmente impossibilitado de repassar sua parte de recursos, R\$ 300 mil, por não ser o CGEE uma instituição pública. A ação foi então inteiramente paga com os recursos do CT-AQUAVIÁRIO, um total de R\$ 1,76 milhão, R\$ 300 mil a mais que o autorizado pelo Comitê Gestor. Sugeriu, então, que os recursos pagos a mais pelo CT-AQUAVIÁRIO fossem realocados, pelo CT-INFRA, para a ação transversal de 2006, "Desenvolvimento de técnicas de construção naval para a Amazônia". Assim, os R\$ 300 mil retornariam ao CT-AQUAVIÁRIO de forma indireta.

O presidente observou que já houve situações similares no CT-PETRO nas quais o mecanismo foi a reposição dos recursos via outro Fundo. Colocada em votação, a proposta foi aprovada.

#### **Discussão/Planejamento das ações para 2007**

De início, o presidente comentou o planejamento para proposição das ações transversais apresentado aos membros dos Comitês Gestores no Seminário dos Fundos Setoriais, em 6 de dezembro de 2006. Informou as instituições e entes credenciados a apresentar propostas e a utilização de um sistema informatizado para o envio pela Internet. A data limite seria o dia 24 de novembro de 2006.

Cláudio Décourt questionou se haveria uma proporção pré-definida do orçamento 2007 a ser aplicada em transversais e verticais. O presidente esclareceu que não, que poderia vir essa determinação do Comitê de Coordenação, mas que no momento ainda não havia essa definição.

Celso Trindade apresentou uma sugestão de ação vertical, de se fazer um seminário no segundo semestre de 2007, para que os coordenadores dos projetos pudessem apresentar resultados. Seria uma oportunidade de o Comitê Gestor reunir-se para ouvir os executores e definir ações futuras.

Flávio Soares Ferreira levantou a questão de qual proporção dos recursos seria dedicado a editais e encomendas verticais. O presidente informou que a orientação do MCT é de que o número de encomendas seja limitado a casos específicos, dando-se prioridade aos editais, mas que não havia uma proporção pré-determinada.

Davi Santiago pediu a palavra para perguntar se existiria alguma forma de se verificar as áreas que não foram contempladas pelos editais de 2006 de modo a enfocá-las nos próximos editais de 2007. O presidente esclareceu que esse trabalho é feito, normalmente, pela Subcomissão, que faz esse estudo e informa o Comitê Gestor sobre as áreas e os temas que são prioritários, bem como aqueles que não foram atendidos pelos editais.

Celso Trindade observou que, no tocante aos editais do CT-AQUAVIÁRIO, o público alvo espera que eles se sucedam; ou seja, o lançamento de novos editais, reformulados, mas nos moldes gerais dos de 2006 está sendo esperado pelos potenciais proponentes e executores. Também colocou a importância de que o Comitê Gestor enfoque os principais gargalos das áreas pertinentes ao CT-AQUAVIÁRIO quando dos ajustes dos editais em relação aos anteriores. Carlos Pittaluga endossou as palavras do colega da FINEP enfatizando a necessidade de definição das áreas e temas realmente estratégicos.

Cláudio Décourt concordou com o êxito do edital da FINEP, pela qualidade dos projetos, e enfatizou a importância de se priorizar os editais em detrimento das encomendas. Também concordou com a proposta de se determinar, na definição dos termos do edital, áreas e temas considerados prioritários, lembrando sugestão apresentada ao Comitê Gestor, em 2005, de um Projeto Zero, que pudesse expor as dificuldades e deficiências de desenvolvimento tecnológico no escopo do Fundo. Propôs um estudo sobre os projetos apresentados ao edital, de modo a classificar a demanda e propor áreas e temas estratégicos. Entretanto, em não sendo possível levar a cabo esse Projeto Zero, sugeriu que se mantivesse as linhas genéricas do edital de 2006, dado que seus resultados foram bons.

No tocante às ações transversais, o presidente instigou os membros a enviarem propostas que pudessem envolver também outros Fundos, dando o exemplo de projetos na área de defesa relacionados ao monitoramento das plataformas de petróleo pela Marinha, em convênio com a ANP.

Davi Santiago informou que o Almirante Maculan havia determinado que seus assessores buscassem informações que servissem de base para a apresentação de ações transversais. Afirmou já haver a competência, dentro da Marinha, para desenvolver um sistema de proteção, apesar de ainda não haver o corpo de um projeto nesse sentido.

Por fim, o presidente sugeriu que a Subcomissão do CT-AQUAVIÁRIO fosse reativada com o objetivo de aprofundar a discussão das propostas verticais, organizar e estruturar as prioridades e apresentar os resultados dos trabalhos para o Comitê Gestor então deliberar sobre a alocação de recursos em 2007. A proposta foi acatada.

#### **Outros assuntos**

O presidente colocou em discussão a aprovação das atas da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Reuniões do Comitê Gestor, realizadas em 2005. Acordou-se que os documentos seriam enviados aos membros por meio eletrônico para eventual manifestação em contrário no prazo de 15 dias, findos os quais, as atas seriam consideradas aprovadas.

#### **4 – RESOLUÇÕES**

Autorizada a seguinte realocação de recursos do Orçamento 2006 e 2007:

1. O saldo remanescente proveniente dos recursos do CT-AQUAVIÁRIO referentes às Chamadas Públicas FINEP 06/2006 - “Cooperação entre ICT’s e médias e grandes empresas” e 07/2006 - “Cooperação entre ICT’s e micro e pequenas Empresas”, no valor de R\$ 3 milhões para 2006, e R\$ 1,5 milhão para 2007, seriam realocados para a ação vertical “Chamada Pública FINEP/CT-AQUAVIÁRIO 01/2006 “Seleção de propostas para apoio de projetos de C,T&I na área de Transporte Aquaviário e Construção Naval”.
2. O saldo remanescente proveniente dos recursos do CT-AQUAVIÁRIO referentes ao Edital CNPq 02/2006 “Edital Universal – projetos de pesquisa científica e tecnológica”, no valor total de R\$ 2,8 milhões, também seriam realocados para a ação vertical “Chamada Pública FINEP/CT-AQUAVIÁRIO 01/2006 “Seleção de propostas para apoio de projetos de C,T&I na área de Transporte Aquaviário e Construção Naval”.

3. Seriam contratados oito projetos aprovados no mérito, mas não recomendados, da Chamada Pública FINEP/CT-AQUAVIÁRIO 01/2006 “Seleção de propostas para apoio de projetos de C,T&I na área de Transporte Aquaviário e Construção Naval”, sendo os seis primeiros das regiões Sul/Sudeste e os dois primeiros das regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste, no montante total de R\$ 4.866.298,69.
4. Os recursos do CT-AQUAVIÁRIO desembolsados para a ação transversal “Projeto do navio oceanográfico – NOcBIO”, de 2005, que excederam o montante aprovado na reunião do dia 09/08/2005 (R\$ 800.000,00, para 2005, e R\$ 654.000,00, para 2006), seriam realocados para a ação transversal “Desenvolvimento de técnicas de construção naval para a Amazônia”, de 2006.
5. A decisão sobre a alocação de recursos complementares ao projeto da UFAM, de 2005, “Transporte hidroviário e construção naval na Região Amazônica”, pela FINEP, seria previamente submetida ao Comitê Gestor.

#### **5 – PRÓXIMA REUNIÃO**

A próxima reunião do Comitê Gestor seria agendada após reunião da Subcomissão do CT-AQUAVIÁRIO, agendada para o dia 22/11/2006, no sede do SYMDARMA, no Rio de Janeiro, com a finalidade de discutir e apresentar propostas para as ações verticais de 2007 ao Comitê Gestor.

#### **5 – ASSINATURAS**

\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho

\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Pittaluga Niederauer

\_\_\_\_\_  
Cláudio Fernandes Décourt

\_\_\_\_\_  
Eugenius Kaszkurewicz

\_\_\_\_\_  
Edson Martins Areias

\_\_\_\_\_  
Herbert Kohene de Castro

\_\_\_\_\_  
José Aloysio de Melo Pinto